

Congresso termina

política

Jornal de Brasília

ano sobrecarregado

Antes de entrar em recesso oficial, no próximo dia 6 de dezembro, o Congresso Nacional ainda tem muito o que decidir. Entre as muitas matérias que ainda estão pendentes, a única que não pode deixar de ser votada este ano é a reforma tributária, que foi aprovada apenas em primeiro turno, precisando, portanto, de receber mais uma vez 2/3 de votos favoráveis dos deputados e senadores, principalmente porque ela precisa entrar em vigor até dezembro de 85 para que os municípios possam receber os 100 bilhões de cruzeiros que lhes são destinados com o aumento de um por cento do Fundo de Participação dos Municípios.

Outra matéria muito polêmica, mas que necessariamente não precisar ser votada em segundo turno ainda em 85, é a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, da forma que foi apresentada no substitutivo do deputado Walmar Giavarina. Ele prevê a competência dos deputados e senadores para a elaboração da futura Constituição brasileira. Aquela emenda constitucional deixou de ser apreciada quando se começou a discutir um destaque feito pelo PDS, que retira as atribuições constitucionais dos parlamentares, para que eles apenas elaborem o novo texto constitucional. Por falta de "quorum", depois de longas reuniões que duraram mais de 15 horas, principalmente pelas discussões sobre a anistia, a matéria não pode ser votado em segundo turno.

A nova lei dos partidos políticos já tem parecer sobre as quase 70 emendas que foram apresentadas à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados que examina o assunto. O deputado João Gilberto, responsável pelo parecer, disse que já o entregou para o exame da Comissão na semana passada. Mas, como o tempo dos parlamentares foi inteiramente absorvido pela reunião do Congresso para discutir a Constituinte e a reforma tributária, não foi possível que houvesse uma decisão a respeito.

Preocupados com a possibilidade de não se conseguir o "quorum" necessário para aprovação da nova lei, antes que terminem os trabalhos do Congresso no dia 05 de dezembro, as lideranças dos partidos pretendem reduzir o prazo de filiação partidária aos que se interessarem em concorrer as eleições do próximo ano. O prazo seria reduzido de um ano para 6 meses.

Hoje, o deputado Cássio Gonçalves, entrega uma proposta de emenda constitucional que devolve as prerrogativas do Poder Legislativo dentre as inúmeras alterações que serão objeto de exame pelos membros da Comissão Mista, que examina o assunto, está o fim dos decretos-leis. Desta forma, quando o Poder Executivo necessitasse de legislar sobre alguma emergência, o Congresso seria convocado para delegar este poder, através de voto da maioria de seus membros, ao chefe da Nação. Cássio irá propor também o fim do "jeton".

Outra mudança substancial que será apresentada por Cássio diz respeito às Comissões Legislativas da Câmara e do Senado. Elas ficariam com poder de veto para aquelas propostas que não devam ir ao plenário, cabendo ao autor, ou aos membros da comissão apresentar recursos para que todos os parlamentares possam apreciar a matéria.

Mas, por se tratar de um período eleitoral, a grande maioria dos deputados e senadores se encontram em viagem para os seus Estados de origem.